



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2025 a 31/07/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/7

127.2025	Sessão Ordinária - CD	09/07/2025-15:04
Publ.: DCD - 10/07/2025 - 68	Alberto Fraga-PL -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado comentou a aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Como Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, relatou ter articulado uma estratégia com outros Parlamentares e obtido do Presidente Hugo Motta o compromisso de que a relatoria ficaria com alguém ligado ao tema. Criticou colegas que insistiram em obstruir a votação na CCJ e destacou que o mérito da proposta será tratado na Comissão Especial, já que o artigo mais polêmico — sobre intervenção nos Estados — foi retirado do texto pelo Relator. Por fim, defendeu que o texto seja aprimorado para garantir um modelo eficiente para a segurança pública do País.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu queria falar como Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, já que eu não consegui falar na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Hoje ocorreu a votação da admissibilidade da PEC da Segurança Pública.

Ontem eu fiz uma reunião com alguns componentes da Frente Parlamentar e discutimos uma estratégia, para que entrássemos na CCJ com essa estratégia. Acontece que, na saída da nossa reunião, foi sugerido visitar o nosso Presidente Hugo Motta. Assim o fizemos. Fomos bem recebidos pelo Presidente Hugo Motta, e ele nos prometeu que a relatoria iria ficar com alguém da bancada da segurança pública. Mas, infelizmente, alguns colegas mais afoitos, aqueles que não aceitam a derrota, se posicionaram contra e insistiram na obstrução na CCJ.

Quero pedir ao Presidente Hugo Motta que ele mantenha o seu compromisso,



porque nós honramos o compromisso que foi feito na Mesa, na cadeira que S.Exa. se encontra sentado.

Foi aprovada apenas a admissibilidade. A PEC precisa ser modificada totalmente, e nós vamos fazer isso na Comissão Especial da Segurança Pública.

Nós não podemos achar, Presidente, que, na Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos mexer no mérito. Não! O mais importante o Relator tirou, que é a exclusividade daquele artigo que permite a intervenção nos Estados. O resto, o mérito, nós vamos discutir na Comissão Especial, e tenho certeza de que nós vamos fazer um bom modelo para o nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 2/7

131.2025

Sessão Ordinária - CD

14/07/2025-19:16

Publ.: DCD - 15/07/2025
57

- Coronel Assis-UNIÃO -MT

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a audiência de conciliação marcada entre o Governo Federal e o Congresso Nacional no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o decreto do IOF, considerando-a desnecessária e questionando a legitimidade da ação judicial, já que o Parlamento tem prerrogativa constitucional para sustar decretos. Afirmou que o Governo não pretende ceder, o que poderia indicar um processo já definido. Também manifestou oposição à admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, PEC da Segurança Pública, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, classificando-a como inócuia e oportunista, por não enfrentar a insurgência de facções criminosas nem contribuir efetivamente para o combate ao crime.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã nós teremos uma audiência de conciliação a ser realizada entre o Governo Federal e o Congresso Nacional, no STF, em razão da ação que foi impetrada para contestar o decreto sobre IOF. Sr. Presidente, essa é uma ação que, com certeza, não encontra legitimidade alguma para ter sido impetrada naquele Poder, mesmo porque houve uma votação avassaladora nesta Casa e no Senado Federal.

Deixo a pergunta: como é que o Parlamento brasileiro, que tem, sim, a prerrogativa constitucional de sustar os efeitos de decretos vindos do Poder



Executivo, não tem legitimidade para fazer valer a sua prerrogativa? Parece que agora estamos numa pré-escola, onde a tia pega o aluno A e o aluno B e coloca os dois para fazer as pazes.

Pasmem, senhoras e senhores que nos ouvem pelos meios de comunicação desta Casa: o próprio Governo Federal já disse, segundo matérias que saíram, que não abre mão do IOF no decreto que fez. Isso parece mostrar que se trata realmente de um jogo de cartas marcadas. Tomara que não seja isso, tomara que tenhamos essa tal conciliação, que eu entendo desnecessária, e que o povo não seja penalizado com mais impostos. O povo não aguenta mais isso.

Sr. Presidente, também teremos nesta semana, na CCJ, a votação da admissibilidade da tal PEC da Segurança Pública, que, infelizmente, mais parece uma PEC água de salsicha, uma PEC que não acrescenta nada ao combate a crimes e à questão da segurança pública dentro do nosso País.

Aqui registro o nosso cuidado e o nosso alerta, Sr. Presidente. Nós estamos numa semana de Congresso esvaziado. Nossas reuniões foram todas passadas para o modo virtual. Eu acho que seria muito temeroso votarmos um tema de tamanha importância e relevância com o Congresso esvaziado. Então, seria interessante que isso fosse jogado para depois do nosso recesso parlamentar, mesmo porque essa PEC não acrescenta nada, não fala nada, por exemplo, sobre o tema da insurgência criminal.

Sr. Presidente, os grupos que são terroristas, formados pelas facções criminosas, estão se insurgindo contra o Estado brasileiro a partir do momento em que eles dominam o território, estabelecem leis e fazem ali o que quiserem. É um estado paralelo dentro do nosso Estado brasileiro, Sr. Presidente.

Não podemos achar que uma PEC como essa, que se limita a querer centralizar um poder dentro do Governo Federal, vá entregar algo de concreto no combate a essa gente. De maneira alguma! Então, nós não temos que votar isso agora, mas depois do recesso parlamentar, quando todo o Congresso estará aqui reunido e poderemos ter uma discussão sadia. Nós apresentaremos, sim, elementos contra a admissibilidade dessa PEC.

Peço que nosso pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 3/7

134.2025

Sessão Ordinária - CD

15/07/2025-14:44

Publ.: DCD - 16/07/2025

- Pedro Aihara-PRD -MG

59

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

O Deputado manifestou-se contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, argumentando que a proposta desrespeita o pacto federativo ao concentrar competências na União, esvaziando o papel dos Estados, que abrigam mais de 90% das forças militares de segurança. Reivindicou prioridade para pautas como piso salarial, melhores condições de trabalho, recomposição de efetivos e cuidado com a saúde mental dos agentes. Criticou também a precariedade enfrentada por policiais civis no interior e a sobrecarga de órgãos como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Ao concluir, defendeu que o fortalecimento da segurança pública passe pela valorização do capital humano e não por mudanças estruturais que pouco impactam os profissionais e a sociedade.

O SR. PEDRO AIHARA (Bloco/PRD - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo hoje à tribuna não só como Parlamentar, mas também como integrante do setor de segurança pública. Só no Corpo de Bombeiros, foi mais de 1 década servindo à população, e, como militar, eu sei exatamente o que a nossa tropa passa na ponta da lança.

Eu venho aqui para manifestar a minha posição contra a PEC 18/2025, a PEC da Segurança Pública. É verdade que o crime se modernizou e é verdade, também, que o crime hoje atravessa fronteiras nacionais e transnacionais, mas não podemos nos esquecer de que precisamos respeitar o nosso modelo federativo.

Quando uma PEC como esta pretende concentrar uma série de competências na União, o poder do Estado fica esvaziado. E qual o problema nisso? O problema é que, hoje, mais de 90% das nossas forças militares de segurança pública estão concentradas no Estado. É fundamental que discutamos uma série de modelos e de arranjos institucionais, mas o que realmente devemos discutir é a condição de trabalho do operador da segurança pública, o qual não tem um piso salarial.

Há operadores da segurança pública que enfrentam condição indigna de vida. No meu próprio Estado, sofremos há anos sem uma recomposição salarial. Além disso, há vários outros problemas. As Polícias Civis do interior — delegados, investigadores e escrivães sabem do que eu estou falando —, muitas vezes, precisam do apoio da Prefeitura ou de um escrivão *ad hoc* para o fluxo da delegacia acontecer. Constantemente, os nossos operadores da segurança pública nem sequer têm equipamentos adequados para combater o crime. Enquanto isso, discutimos um modelo que não prevê cuidado com a saúde mental e a recomposição do efetivo.

A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos dignos de orgulho do povo brasileiro, mas, hoje, pela situação do efetivo, pelas já gigantescas competências e atribuições, essas corporações têm muita dificuldade de conseguir executar todo o trabalho. Estamos vendo o tamanho do rombo do



INSS e a dificuldade de se fazer uma investigação nacional justamente devido à quantidade de competências já exercidas. Enquanto os nossos agentes da segurança pública continuam adoecidos, ficamos discutindo um modelo que, em relação ao operador e, consequentemente, à sociedade, melhora muito pouco.

Estamos extremamente dispostos, e há uma série de propostas e de legislações que podem e devem ser discutidas. Mas não podemos nos esquecer de que o que faz com que a segurança pública funcione ou deixe de funcionar é o nosso capital humano, e, infelizmente, ele tem sido esquecido. Cada vez mais, as carreiras da segurança pública têm se tornado menos atrativas. Todos os dias, discutimos aqui projetos que ameaçam ou minimizam direitos. Até pouco tempo atrás, tratávamos do projeto de lei que impediria a participação política dos agentes da segurança pública.

Portanto, precisamos, sim, discutir segurança pública, mas não é essa PEC que vai resolver o problema. O que vai resolver o problema é o reconhecimento e a valorização dos nossos operadores, trazendo a eles dignidade. É nesse sentido que aqui estaremos lutando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/7

134.2025	Sessão Ordinária - CD	15/07/2025-18:08
Publ.: DCD - 16/07/2025	- Coronel Fernanda-PL -MT	
114		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado denunciou a paralisação da exportação de madeira no Porto de Paranaguá, atribuída à lentidão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que teria apenas um servidor responsável pelas liberações, causando prejuízos e demissões no setor florestal. Criticou a esquerda por incoerência e atacou o Governo Lula por apoiar regimes autoritários como o da Venezuela e a ex-Presidente da Argentina, condenada por corrupção. Por fim, criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública proposta pelo Governo Federal, e pediu menos burocracia e mais apoio ao setor produtivo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Sem revisão da oradora.)
- Boa tarde, Presidente.



Presidente, eu venho aqui dizer aos Parlamentares que a incompetência, a falta de zelo e a burocracia burra desse Ibama que está aí têm causado prejuízo imensurável ao setor de base florestal. Inúmeros contêineres contendo madeira estão no porto de Paranaguá, aguardando liberação, que é feita por um único servidor do Ibama. Isso tem causado prejuízo ao setor. Isso está fechando empresas. Muitos pais de família estão sendo mandados embora, aliás, famílias inteiras. Nós não podemos ficar calados diante disso.

Hoje, neste plenário, eu ouço do grupo do Presidente desse desgoverno que aí está, muitos ataques a Parlamentares e ao ex-Presidente Bolsonaro, mas a Internet é fantástica, ela nos dá informações importantes.

Aqueles que hoje estão aqui atacando, são os mesmos que ontem estavam lá nos Estados Unidos, na Europa, falando mal do Brasil, falando mal da época do então Presidente Bolsonaro, mas estava tudo bem, eles podiam fazer isso. Eles podem fazer o que quiserem, desde que seja contra aqueles em quem não acreditam e de quem não gostam. Eles têm que aprender a respeitar opinião.

Se, ontem, vocês puderam fazer o que fizeram, hoje nós podemos também. O que não podemos fazer é permitir que o atual Presidente da República vá visitar a ex-Presidente da Argentina presa por corrupção. O que não podemos fazer é aceitar que o atual Presidente da República abrace a Venezuela. E lembro que a Venezuela deve bilhões de reais para o Brasil, dinheiro que está fazendo falta para o saneamento básico, para a educação, para a segurança pública.

Agora, eles estão mandando para cá uma PEC fajuta para limitar a segurança pública e facilitar a vida de marginais, que estão soltos pelo nosso País. Então o que nós temos hoje do Presidente desse desgoverno é o favorecimento daqueles que não fazem nada, pelo contrário, só atrapalham o crescimento do nosso País.

Peço a todos aqui que cobrem o Ibama, para que ele trabalhe de forma séria e não prejudique mais o setor produtivo, o setor do agro. Não dá mais para suportar isso! Pais de família precisam de emprego, precisam de oportunidades.

Em vez de ficar falando besteira no plenário, vamos falar coisa séria? Vamos falar de quem está precisando de trabalho e de ser valorizado? Não dá mais!

Essa história que a Esquerda defende dia e noite já caiu por terra, porque não é de hoje que o Brasil está sendo taxado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. Bloco/PL - DF) - Conclua, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) - O Brasil está sendo taxado há dias, com aumento de imposto, com aumento de taxa, com aumento de falatório desnecessário por parte da Esquerda.



O Brasil só precisa de oportunidade para continuar crescendo e acabar com essa burocracia burra que tem afundado o nosso País.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 5/7

134.2025

Publ.: DCD - 16/07/2025 - 195

Sessão Ordinária - CD

15/07/2025-22:00

Alencar Santana-PT -SP

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou os avanços legislativos no primeiro semestre de 2025, em especial a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que busca equilibrar as finanças municipais ao estabelecer limites para pagamento de precatórios, garantindo recursos para políticas públicas locais. Frisou a importância de os Municípios terem condições orçamentárias para investimentos básicos, como saúde, educação e infraestrutura, e elogiou o texto final da Comissão por excluir propostas prejudiciais, como mudanças no piso salarial da educação e saúde ou reformas previdenciárias impostas aos servidores. Além disso, celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da PEC nº 18, de 2025, da Segurança Pública. Informou que a proposta do Governo Federal objetiva coordenar ações contra o crime organizado interestadual e transnacional, com participação da Polícia Federal. Defendeu a PEC como ferramenta essencial para combater tráficos de drogas e armas. Afirmou ainda que oposição à proposição equivale a apoiar o crime organizado, e conclamou um debate maduro no segundo semestre, sem demagogia.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo, repentinamente, do meu Líder, o Deputado Lindbergh Farias.

Presidente, colegas Deputados e Deputadas e todos os que nos acompanham, nós estamos terminando o primeiro semestre de 2025, um semestre em que houve avanços nesta Casa. É verdade, houve disputas políticas, houve debates, houve construções, e, sem dúvida alguma, esta é mais uma, ao final deste semestre, a Proposta de Emenda à Constituição nº 66. Logicamente, há posições porventura divergentes — faz parte do processo democrático —, mas ela permite que os Municípios, de maneira geral, tenham a possibilidade, através de um equilíbrio, de um limite para o pagamento anual dos precatórios,



de alcançar o seu equilíbrio financeiro-orçamentário, para executar suas políticas públicas.

Da mesma maneira que queremos que a União tenha condições e recursos, Presidente Hugo Motta, para tocar suas políticas, precisamos fazer com que os Municípios também tenham condições efetivas de fazer isso, porque é na ponta que muitas coisas acontecem. É o investimento cotidiano na manutenção de uma praça, de uma rua, é o investimento em iluminação, numa escola, na construção de uma Unidade Básica de Saúde e em tantas outras ações cotidianas, porventura também extraordinárias.

O texto construído pela Comissão tirou aquilo que era colateral e comprometia o texto, seja aquilo que mexia com as finanças, com o piso salarial da educação e da saúde, seja aquilo que era matéria previdenciária, o que seria um verdadeiro acinte, um verdadeiro ataque ao servidor público dos Municípios, ou seja, impor a ele, sem qualquer tipo de debate, a nefasta reforma realizada em 2019. Por isso aqui defendemos a aprovação sem qualquer tipo de destaque, porque o destaque deforma justamente aquela construção coletiva.

Eu também queria dizer, Sr. Presidente, que na data de hoje foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a PEC da Segurança Pública, uma proposta do Governo Federal, do Presidente Lula, construída pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, conduzido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, uma PEC também muito importante, que ainda vai demandar um debate, no segundo semestre, com muita profundidade.

Nós estamos falando de algo importante e caro para a sociedade. A segurança pública é uma preocupação latente na vida de qualquer pessoa, de qualquer Município, de qualquer bairro, seja de uma cidade como São Paulo, seja de Guarulhos, cidade da qual eu sou, seja de uma cidade do interior. Logicamente, nos grandes centros urbanos a realidade é muito mais difícil, muito pior e muito mais violenta. Na cidade de São Paulo, a maior cidade do País, as pessoas têm medo de tirar do bolso seu celular, as pessoas têm medo de ficar na calçada, numa esquina, na porta de um prédio ou de uma casa conversando com alguém, seja num bairro nobre, seja numa região periférica. É verdade que na periferia a violência é muito mais brutal.

É importante lembrar que numa cidade como São Paulo, na Grande São Paulo ou mesmo no interior de São Paulo, a violência muitas vezes é praticada justamente por integrantes das forças de segurança pública, que também amedrontam as pessoas. As pessoas ficam com medo de ser atacadas por alguém que vai roubar, que vai cometer alguma violência contra elas, um criminoso, mas também de criminosos que usam farda. Essa é uma realidade latente.

A questão da insegurança, que está no cotidiano e assusta mulheres, jovens, idosos, trabalhadores e trabalhadoras, tem origem em outras questões, mais amplas e estruturais até. Por exemplo, facções criminosas, organizações do



tráfico internacional de armas e tantos outros grupos, que se utilizam do subterrâneo para cometer seus crimes, verdadeiras máfias, essas organizações muitas vezes são protegidas por setores da segurança pública.

Ora, nós sabemos que, nos Estados, através da Polícia Militar, a segurança é praticada de maneira ostensiva, ou de maneira investigativa, pela Polícia Civil, mas sabemos também que compete ao Governo Federal puxar isso para si, como é a proposta, de maneira corajosa. De maneira corajosa, o Governo Lula quer fazer o debate da política de segurança de maneira coordenada e colaborativa com os Estados, com as Polícias Militares, com as Polícias Civis, quer fazer o debate para combater o crime, aquele que extrapola as fronteiras do Estado, aqueles crimes transnacionais. Organizações criminosas como o PCC, o Comando Vermelho e outras não agem só dentro de presídios em São Paulo e no Rio de Janeiro. Elas estão espalhadas pelo País e por outros países. Ora, será que uma polícia estadual tem condições, equipamentos, inteligência e efetivo para acompanhar investigações em outros Estados, mesmo compartilhando parceria com alguma polícia de outro Estado? Muitas vezes não. A Polícia Federal acaba tendo um olhar muito mais amplo.

Por isso é que a proposta é corajosa, porque o Governo Federal está se atribuindo — se esta proposta for aprovada — determinadas competências, para poder atuar de maneira efetiva, combater o crime organizado, combater o tráfico interestadual e internacional de drogas, combater o tráfico de armas e outros crimes. É necessário esse combate efetivo. O crime organizado só vai ser combatido com inteligência, com firmeza e se a relação entre os órgãos de segurança for transparente.

Quem é contra a PEC da Segurança é a favor do crime organizado. Quem é contra a PEC da Segurança é a favor das milícias. Quem é contra a PEC da Segurança é a favor do tráfico de armas. Quem é contra a PEC da Segurança é a favor do tráfico de drogas.

No dia a dia, vários jovens, os aviõezinhos, são presos e ficam anos num presídio porque traficaram drogas. Mas e os verdadeiros donos? Onde estão aqueles que ganham, por trás, bilhões com o tráfico de drogas? Muitas vezes em suas mansões, quietos.

Nós precisamos dessa proposta, dessa PEC. A Câmara dos Deputados hoje deu um baita recado para a sociedade com a aprovação dessa PEC na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Vamos fazer esse debate no segundo semestre, na Comissão Especial, e queremos fazê-lo de forma madura, responsável, inteligente, comprometida, comprometida com o Brasil, com o cidadão brasileiro. Ela não pode servir de palanque para bravatas de alguém que quer simplesmente *likes*, que faz o discurso fácil, sem se aprofundar no tema.

Se fosse um tema fácil, talvez a solução já estivesse aí. Se fosse um tema fácil, talvez os inúmeros Parlamentares desta Casa que são profissionais da segurança pública já teriam resolvido o problema em seus Estados, na atuação



que faziam na Polícia Militar ou na Polícia Civil. Este é um tema delicado, sensível e difícil. Se tivermos responsabilidade, repito, vamos ter um resultado muito bom, que vai ter reflexos efetivos e promissores na segurança pública do País.

Então, é um semestre positivo o que nós estamos terminando aqui. Tenho certeza de que até manhã nós faremos ainda boas votações nesta Casa. É isso o que esperamos.

Documento 6/7

134.2025	Sessão Ordinária - CD	15/07/2025-22:08
Publ.: DCD - 16/07/2025 - 197	Domingos Sávio-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER
		DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que estabelece regras para pagamento de precatórios municipais, priorizando idosos e garantindo equilíbrio fiscal às prefeituras, sem incluir reformas previdenciárias. Reconheceu o trabalho da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e de líderes como o Senador Carlos Portinho, que negociou ajustes como taxas de refinanciamento e limites de endividamento (1% da receita líquida municipal). Frisou ainda o acordo com o Senado para evitar tramitação prolongada. Além disso, abordou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, do Licenciamento Ambiental, relatado pelo Deputado Zé Vitor, que simplifica processos para setores como mineração e agronegócio, reduzindo burocracia sem prejudicar a proteção ambiental. Por fim, criticou a PEC nº 18, de 2025, da Segurança Pública do Governo Federal, que centraliza atribuições na União, defendendo em vez disso a PEC nº 158, de 2012, de sua autoria, que preserva a autonomia dos entes federados e estabelece pisos de investimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, prezados colegas Parlamentares, nós estamos concluindo um processo de votação extremamente importante para todos os Municípios brasileiros. A Proposta de Emenda à Constituição nº 66 vem não apenas regulamentar o pagamento de precatórios, garantir o pagamento deles em situações específicas, de quantias menores, mas também priorizar idosos e idosas, especialmente dar um pouco mais de segurança jurídica e de equilíbrio fiscal para as prefeituras e, principalmente, garantir um parcelamento adequado das dívidas dos Municípios com a Previdência Social.

Infelizmente, não se viabilizou a inclusão da reforma previdenciária municipal,



e ela deve ser feita pelos Municípios, é fato. Os Municípios e os Estados devem tomar essa iniciativa e debater com os próprios servidores.

Falando especificamente da PEC 66, deixo claro, portanto, que a PEC que votamos aqui hoje não tratou de Previdência Municipal ou de Previdência Estadual, tratou de dar um melhor equilíbrio fiscal às contas públicas dos Municípios, uma luta da Confederação Nacional de Municípios, a CNM. Eu cumprimento o Presidente, Paulo Ziulkoski, e o Vice-Presidente e meu grande amigo, o Dr. Marcos Vinicius, ex-Presidente da Associação Mineira de Municípios — AMM. Ambos trabalharam ao lado de centenas de Prefeitos de todo o Brasil, trabalharam muito para que esta PEC fosse aprovada.

Eu também quero fazer um registro em nome do PL. O Senador Carlos Portinho fez um trabalho fantástico no Senado Federal e esteve aqui conosco hoje falando de alguns avanços que houve na Câmara dos Deputados e pelos quais ele lutou no Senado. Por exemplo, uma taxa mais adequada. A taxa que veio para cá foi a da Selic. Ele queria uma taxa semelhante à do Propag, por exemplo, programa relativo ao refinanciamento de dívidas públicas. Lá, para conseguir fazer o projeto avançar — e é preciso entender essas negociações —, ele teve que aceitar regras que a Liderança do Governo estabeleceu como condição. Da mesma forma, o limite mensal de comprometimento das receitas do Município, da receita líquida, que hoje na legislação é de 1% e que no relatório da Câmara voltou para 1%, veio um pouco maior lá do Senado, chegando a até 4% de comprometimento da receita líquida para amortização das parcelas com a Previdência Social. Lá isso também foi objeto de negociação para fazer o projeto avançar.

Por que eu estou relatando isso? Porque o Senador Portinho lutou muito. A princípio, até tínhamos a intenção de votar o projeto original do Senador. Quando ele viu que conseguimos avançar aqui na Câmara com relação a alguns itens, ele compreendeu que deveríamos retirar o destaque do PL e aprovar o texto construído pelo Deputado Baleia Rossi e pela Comissão que cuidou da matéria aqui. Mas deixou um alerta.

Eu fiquei feliz porque o Deputado Baleia Rossi registrou aqui o compromisso do Presidente do Senado de aprovar o texto, Presidente Hugo Motta, que nós votamos aqui hoje, porque nós estamos falando de uma emenda constitucional. Se votamos aqui hoje e mudamos o texto do Senado, a matéria volta ao Senado, e o Senado terá que aprovar o texto da Câmara, senão fica um vai daqui para lá, de lá para cá. Nós não chegaríamos a lugar nenhum, e os Municípios ficariam prejudicados. Então, esse acordo com o Senado é importante, para que o texto que nós estamos aprovando de fato seja consolidado lá.

Outro aspecto que eu queria abordar é este: nós temos um projeto importante para votar hoje ou no máximo amanhã, Presidente, o projeto sobre a nova legislação do Licenciamento Ambiental. Aliás, foi um trabalho brilhante feito pelo nosso colega do PL, o Deputado Zé Vitor, meu conterrâneo das Minas Gerais, que se debruçou sobre esta matéria. Esse projeto é originário da



Câmara. Nós o votamos aqui há vários anos. O projeto ficou vários anos no Senado e agora volta. Nós devemos aprová-lo. Eu faço um apelo: que aprovemos o relatório do Deputado Zé Vitor.

Faço aqui um destaque: a princípio, em relação a uma matéria que foi acrescentada no Senado, a inclusão do setor de mineração, setor muito importante para Minas Gerais e para o Brasil, havia alguma divergência sobre se a manteríamos ou não no texto. O Deputado Zé Vitor, atendendo a um pleito nosso, desse setor tão importante para a economia mineira e do País, manterá no texto o licenciamento do setor de mineração de maneira melhor do que está na legislação atual, sem falar nos avanços importantes para o agronegócio, ou seja, uma série de atividades precisariam apenas de autorização, dispensando-se a burocracia para o agro brasileiro, o agro que sustenta o Brasil e boa parte do mundo. Para setores como o da avicultura haveria um licenciamento simplificado, o que é muito importante.

Esta é uma matéria pela qual lutamos aqui. Compreendemos a importância da defesa do meio ambiente, mas burocracia não defende meio ambiente, burocracia encarece procedimentos, atrasa os procedimentos e muitas vezes acaba levando o setor para a informalidade ou para a ilegalidade. Portanto, simplificar o processo do Licenciamento Ambiental, desburocratizá-lo, dar mais clareza e mais segurança jurídica ao processo é bom para o meio ambiente e é bom para o empreendedor. Por isso, é importante votar esse projeto sobre o Licenciamento Ambiental.

Por último, eu gostaria de abordar a matéria que também votamos hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Lá estive como representante do nosso partido, o PL. É claro que a matéria da segurança pública é muito importante, especialmente para nós do PL, que sempre defendemos a segurança como um direito do cidadão e como um dever, sim, do Estado.

É bom alertá-los sobre uma coisa. Com frequência, algumas pessoas fazem uma interpretação equivocada da nossa Constituição. A nossa Constituição, no Capítulo Da Segurança Pública, quando diz que segurança é dever do Estado e de todos os cidadãos, não está ali se referindo ao Estado como Unidade da Federação. Muitas vezes as pessoas interpretam que a segurança é obrigação do Estado, da Unidade da Federação, como se a União não tivesse responsabilidade nenhuma pela segurança pública. Essa é uma leitura semianalfabeta. É extremamente penoso ver que até mesmo legisladores, que até Parlamentares, figuras que ocupam cargos importantes querem jogar essa responsabilidade nas costas do Estado enquanto Unidade da Federação. É o Estado enquanto estrutura pública. Senão, ali estaria dito: *"Dos Estados e do Distrito Federal"*. Não. É do Estado enquanto estrutura pública, o que inclui a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, enfim, até os cidadãos.

Por que eu digo isso? Porque eu sou autor, ao lado de mais de 2 centenas de colegas Parlamentares, de uma proposta de emenda à Constituição sobre segurança pública. A minha PEC da Segurança Pública foi protocolada em 2012. Eu luto por ela há mais de 1 década. Esta PEC, Sr. Presidente — e eu



aqui falo com modéstia, mas com muita clareza —, foi construída e concebida de uma forma bem melhor do que essa que o Governo do Sr. Presidente Lula nos enviou. O Sr. Presidente Lula nos mandou uma PEC com viés de centralização no Governo Federal das questões de segurança, que tira as prerrogativas das unidades federativas, o que é um absurdo, é algo que nos encaminha para Estados totalitários. Não podemos, em hipótese alguma, enveredar pelo caminho da aprovação do texto da maneira como está. Aprovar uma PEC sobre segurança pública é importante, mas para integrar o sistema de segurança, mantendo a autonomia dos entes federados.

A PEC que propus tinha este princípio, mas uma diferença fundamental. A minha proposta estabelece o mínimo constitucional de investimento pelo Governo Federal, pela União, em segurança pública. O Governo Federal investe menos de 1% em segurança pública. Por isso, nós estamos perdendo a guerra contra o crime. Não há investimento na área. A minha proposta estabelece que se invista em segurança pública um mínimo de 5% da nossa receita líquida, obviamente de maneira progressiva — 1% ao ano, até chegar ao percentual final, um valor substancial —, além de um mínimo de 10% nos Estados.

É isso que nós devemos debater. Precisamos de uma PEC que integre o sistema de segurança, preserve a autonomia dos entes federados e garanta orçamento, dinheiro para investimento na área. Assim, o País poderá vencer a guerra contra o crime, que, infelizmente, está perdendo.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado por nos dar este espaço para manifestação do Partido Liberal.

Documento 7/7

136.2025

Publ.: DCD - 17/07/2025 - 246

Sessão Ordinária - CD

16/07/2025-17:44

Cabo Gilberto Silva-PL -PB

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 754, de 2021, que estabelece isenção, anistia e remissão de créditos tributários de responsabilidade de APAEs, Associações Pestalozzi e demais entidades benéficas de assistência social que abriguem idosos e pessoas com deficiência. Além disso, destacou a relevância da criação da Comissão Especial da PEC da Segurança e fez um apelo aos Líderes partidários para que indiquem Parlamentares com atuação na área de segurança pública. Ressaltou ainda que o Brasil vive um cenário caótico de violência, especialmente nos Estados do Nordeste, e defendeu que o texto da proposta



seja aprimorado com a participação de especialistas no tema.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos "sim", obviamente. Eu gostei muito da palavra que V.Exa. citou, Sr. Presidente, "anistia". Essa palavra foi muito importante. Nós da Oposição, Sr. Presidente, gostamos demais dela.

Só para complementar o que V.Exa. determinou sobre a abertura da Comissão Especial da PEC da Segurança, quero pedir a todos os Líderes partidários que indiquem Parlamentares da área da segurança pública, para que possamos debater e melhorar esse texto que chegou ao Congresso Nacional, Sr. Presidente. É de fundamental importância o tema da segurança pública para o Brasil, que está numa situação caótica! A população não aguenta mais a insegurança no Brasil, em especial nos Estados do Nordeste.

Então, faço esse apelo a todos os Líderes partidários, em especial aos Líderes dos partidos de centro — União Brasil, PP, MDB, PSD, Republicanos — para que indiquem a esta Comissão Deputados da área da segurança.

Obrigado, Presidente.
